

REDES SOCIAIS

**PARA UMA COMPREENSÃO
MULTIDISCIPLINAR
DA SOCIEDADE**

Coordenadores

JOAQUIM FIALHO

JOSÉ SARAGOÇA

MARIA DA SAUDADE BALTAZAR

MARCOS OLÍMPIO DOS SANTOS

Revisão
2018

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Referees:

António Moreira, Universidade Aberta
António Pedro Marques, Universidade de Évora
António Abrantes, Universidade do Algarve
Cristina Pereira Vieira, Universidade Aberta
Domingos Braga, Universidade de Évora
Helena Arco, Instituto Politécnico de Portalegre

FICHA TÉCNICA

Título: Redes Sociais – Para uma Compreensão Multidisciplinar da Sociedade

Autores: Vários

Coordenadores: Joaquim Fialho, José Saragoça, Maria da Saudade Baltazar,
Marcos Olímpio dos Santos

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, maio de 2018.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 441562/18

ISBN: 978-972-618-922-0

 **EDIÇÕES SÍLABO, Lda.**
Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Capítulo 1

A propósito de redes sociais

Do conceito à compreensão multidisciplinar da sociedade

Joaquim Fialho

José Saragoça

Maria da Saudade Baltazar

Marcos Olímpio dos Santos

1.1. A polissemia do conceito de rede social

Vivemos na sociedade das redes e num emaranhado de relações sociais que importa descodificar.

As redes são relações sociais que se materializam em laços entre uma multiplicidade de atores sociais. Elas ocupam, nas sociedades contemporâneas, uma enorme centralidade na forma como estas se organizam e desenvolvem a sua estrutura social. Compreender como se formam as redes de relações, crescem e como a sua dinâmica influi nos modos de vida e de organização social, política e económica da sociedade, constitui, hoje, um enorme desafio para os cientistas sociais.

Uma rede social pressupõe um conjunto de nós que se encontram em interligação regular e que estimulam uma dinâmica e evolução da rede muito própria. Uma rede social é um conjunto de pessoas, grupos, organizações, etc. (atores) que se encontram ligados (nós) por relacionamentos sociais, imbuídos, por exemplo, por lógicas de cooperação, partilha, amizade (tipo de laços) e, através destas interações, desenvolvem e dinamizam uma estrutura social com uma identidade relacional muito própria, formando um ecossistema da rede.

Todos os seres vivos constituem ecossistemas dinâmicos que se integram num determinado ambiente de uma enorme complexidade reticular. Nesse ambiente, as suas vidas entrelaçam-se numa teia de relações caracterizadas por cooperação, conflito, competição, partilha, simbiose, entre outras. Esses ecossistemas, interligados e aparentemente equilibrados, fornecem alimento e abrigo, regulação de energia e reprodução e uma imensidão de outras dinâmicas. Cada membro da comunidade tem um papel essencial para manter essa rede num equilíbrio, ou seja, um equilíbrio relativo. Na natureza das redes não existem hierarquias, somente redes dentro de redes; não existem partes independentes, mas uma teia inseparável de relações interdependentes. A capacidade de operar sem hierarquia parece ser, assim, uma das mais importantes propriedades distintivas da rede. Todos nós, atores sociais deste ecossistema, mantemos relações de interdependência com uma panóplia de redes e, em todas elas, desenvolvemos uma dinâmica própria de laços. Somos seres das redes.

O homem é um ser gregário e desde os tempos mais remotos que sente necessidade de se agrupar, de trabalhar e viver em conjunto e, portanto, de

viver em relação numa teia complexa de interações sociais. Vivemos, desde a nossa gênese, num mundo de redes.

As redes são formas de apresentar ou visualizar relações entre esses indivíduos, sendo as redes sociais modos de representação de estruturas sociais (conceito que só passa a ser inteligível se admitirmos que a «estrutura» é conhecida pelas configurações recorrentes das relações entre os indivíduos). Assim, a rede é «anterior» ao grupo em termos ontológicos – portanto, grupo, é um fenómeno que se gera no contexto da rede. No lugar de dizer que redes são formas de representação de agrupamentos, será mais apropriado afirmar que agrupamentos são configurações de rede, isto é, são grupos que se constituem como redes. A ideia de que os atores sociais determinam o comportamento da sociedade quando se agrupam de uma determinada maneira decorre de uma incompreensão da rede; ou seja, de uma incompreensão de que o ator é produzido pela tal estrutura social, isto é, pela rede. É também importante sublinhar que os indivíduos não são atores se não interagirem e, quando interagem, já são rede. Esta dimensão de interação com a rede permite-nos pensar numa socialização reticular em que todos somos resultado da nossa pertença a um conjunto de redes.

Quando os indivíduos se agrupam, não o fazem somente a partir de supostas escolhas individuais, baseadas nas suas características distintivas, visto que já estão sob o influxo da dinâmica de rede. Os seres humanos são seres sociais, exibem as suas qualidades intrínsecas numa encruzilhada de fluxos, identidades que se formam a partir da interação com outros indivíduos. O ser humano, como *continuum* de experiências e de relacionamentos, estrutura-se como ator por estar mergulhado num ambiente interativo. É a interação que gera o ator. À forma como é gerado o ator chama-se dinâmica da rede. Os indivíduos são seres da rede e o resultado dum emaranhado de interações sociais que decorrem e se consubstanciam na rede.

Os conceitos fundamentais na rede social são os atores e as ligações. Um ator pode ser uma pessoa, um grupo, uma empresa, ou seja, qualquer unidade social, enquanto uma ligação, funciona como conexão entre dois atores e que se materializa num laço. Ao conjunto dos atores e as suas ligações chama-se grupo e são denominados subgrupos quando os atores e respetivas ligações são parte ou subconjunto do grupo. Importa ainda referir que ao conjunto de ligações de um tipo específico (ex.: partilha, cooperação, etc.) entre os membros de um grupo chama-se relação.

Existem diversas razões que contribuem para a composição das ligações. Estas têm origem na diversidade de papéis que o indivíduo assume, como participante de um grupo. Trata-se de uma perspectiva partilhada por Boissevan (1974) em que o conceito sociológico de papel, corresponde às normas e expectativas que se aplicam à pessoa que ocupa uma determinada posição. Através de cada papel o indivíduo entra em contacto com outros para partilhar atitudes de interesse comum. A estratificação dos papéis desempenhados pelos indivíduos ajudam a categorizar o tipo de relação.

Nas relações existem trocas de conteúdo transaccional. O conteúdo transaccional define-se como os elementos materiais e não-materiais trocados entre dois atores numa relação ou situação particular. Os conteúdos trocados dependem não só do papel, mas também da forma como cada ator específico desempenha esse papel. Os atores sociais não trocam conteúdos transaccionais na mesma quantidade e intensidade. Este conteúdo transaccional serve para medir a qualidade e intensidade das relações, percebendo-se qual a importância, disponibilidade e investimento que os atores atribuem à relação.

Na literatura especializada há, em nosso entender, alguma confusão etimológica sobre ao que nos reportamos quando utilizamos o conceito de rede social. Por isso, importa fazer, também, um ponto de clarificação. O media-tismo que as redes sociais virtuais ocupam no nosso quotidiano leva-nos, por vezes, a que incorramos no erro de as designar por redes sociais. De facto, apesar de se constituírem como o suporte de interações sociais, ainda que virtuais, a designação mais correta é a de «mídias sociais» ou, no inglês, *social media*. O Facebook, Instagram, Twitter, Orkut, Myspace, entre outras plataformas de interação *online*, são mídias sociais, assumindo-se como verdadeiros palcos de interação social que fomentam uma panóplia de laços e fluxos cujos limites não estão, para já, ao alcance do comum dos cientistas sociais. A essência do conceito de rede social implica uma estrutura de vínculos através dos quais se estruturam relações sociais entre amigos, colegas de trabalho, vizinhança, etc. As redes sociais são uma complexa e dinâmica estruturação de vínculos entre atores que formam uma teia de interações que tem inerente uma dinâmica e complexidade muito própria. Por exemplo, a sociedade civil é uma enorme rede social que tem inerente lógicas de interação e de complexidade que a tornam única e complexa.

A conceção de redes é, portanto, polissémica e remete-nos para uma multiplicidade de sentidos e contrassentidos, quadro que se agudiza num contexto atual em que as redes sociais atravessam uma multiplicidade de

ângulos e fenómenos sociais. O conceito de redes apresenta uma dinâmica descritiva e explicativa nos diferentes fenómenos sociais, razão pela qual é fundamental diferenciar a conceção de rede da conceção de rede social. Apesar da tradição filosófica de cerca de uma centena de anos, desde a década de noventa do séc. XX que os estudos sobre redes passaram a beneficiar de uma multiplicidade de significados associados à globalização, sociedade da informação e cibercultura. Hoje, a rede remete-nos para uma conceção ampla e que decorre do uso em vários domínios: redes organizacionais, redes informáticas, redes virtuais, redes de comunicação entre outras, num quadro de heterogeneidade condicionado pelo marco teórico e pelas opções metodológicas que nos ajudam a compreender a rede.

A trilogia de Manuel Castells (1999), foi uma das obras que mais contribuiu para a discussão em torno do conceito de rede na teoria social, partindo da globalização como objeto de análise. O argumento de Castells consubstancia-se na tese de que o capitalismo está cada vez mais articulado em redes mundiais de circulação de informação, capitais e produtos, e que isso tem um impacto preponderante nas pessoas e no mundo. Segundo Castells, as redes são globais; as identidades, embora possam ser estimuladas pelo processo de globalização, são locais (Castells). Igualmente, a massificação das redes sociais virtuais, que estamos a presenciar, remete-nos para um quadro de complexidade em que importa, também, compreender a arquitetura das interações sociais que daí resultam.

Quando tratamos de redes sociais, é indispensável um olhar com alguma acuidade para a Teoria das Redes Sociais, a qual beneficia dos avanços teóricos e metodológicos de várias ciências sociais. Resulta, igualmente, da consagração de várias correntes e linhas teóricas da antropologia, psicologia, sociologia e da matemática dos grafos que sustentam a sua formalização enquanto «nova forma» de olhar para a realidade social.

As redes sociais são, hoje, redes de comunicação e interação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e as relações de poder. Nos últimos anos surgiram como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, interações sociais, políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a explicar alguns problemas atuais. São a manifestação duma nova forma de conhecer, pensar e conceptualizar a realidade social.

Com influências do pensamento sistémico, as redes sociais dão origem a novos valores, novas formas de pensar e a novas atitudes. Em 1954, pela

primeira vez, tomamos conhecimento do conceito de rede social (*social network*) por intermédio do antropólogo britânico Jonh Barnes (1987), que analisou a importância da amizade, parentesco e da vizinhança como relações informais e interpessoais na produção e integração dos pescadores numa pequena comunidade. Para Barnes, a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam em teias de relações.

O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais reside na intencionalidade dos relacionamentos e nos objetivos comuns estabelecidos entre os elementos que nelas (redes) interagem. Apesar destas características especiais, a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos. Todavia, o conceito de rede social tem sido utilizado nas ciências sociais e humanas de diferentes modos e sentidos. Num sentido mais metafórico, refere-se a uma concepção da sociedade como sendo construída por redes de relações interpessoais ou intergrupais. A noção de redes é também usada como instrumento de análise de redes e conexões, sendo mapeadas e classificadas no seu número, intensidade e qualidade de nós.

1.2. A perspetiva multidisciplinar da análise de redes sociais na (des)construção social

Se nos reportarmos a um exame histórico sobre os desenvolvimentos empíricos, teóricos e matemáticos que se têm produzido na investigação sobre redes, deveria convencer o leitor de que a análise de redes sociais cobre muito mais aspetos do que um vocabulário intuitivamente sedutor, uma metáfora, ou um conjunto de imagens destinadas a dar conta das relações sociais, comportamentos, políticas ou economias (Wasserman e Faust, 1998).

Molina (2001) advoga que a análise de redes sociais é uma técnica que permite fazer um diagnóstico sobre uma determinada situação, como por exemplo um território, numa lógica macro ou micro. Para este autor, a análise de redes sociais é uma ferramenta que possibilita ao investigador localizar estruturas dentro de redes e construir novas perguntas e respostas. Por sua vez, Pierre Mercklé vai mais longe. Para este sociólogo e analista de redes sociais francês, a análise de redes sociais «não é uma técnica que procura simplesmente proceder a uma descrição das estruturas sociais, uma espécie de «sociografia» do mundo social» (2004, p. 93), sendo, sim, indiscutível-

mente, uma nova abordagem social de descodificação das interações sociais que cruza os paradigmas quantitativo e qualitativo para desocultar as estruturas sociais, conceptualizando, de forma clara, uma verdadeira análise estrutural.

A análise de redes sociais (*social network analysis*) parte dum postulado clássico que define a dimensão coercitiva dos fenómenos sociais e que define uma aproximação sociológica depois de Durkheim. Este postulado procura as causas dos factos sociais nas características dos desenvolvimentos estruturais em que eles se inserem. A forma das redes pode ser tomada como um fator explicativo dos fenómenos sociais. Esta lógica de rede assume-se como uma espécie de variável contextual de elevada complexidade em que, partindo do contexto (estrutura), se procuram explicações para os fenómenos, numa espécie de rutura com as análises sociológicas ditas tradicionais.

A análise de redes sociais centra-se no estudo das relações estabelecidas entre um conjunto definido de elementos (pessoas, grupos ou organizações), separando-se das análises sociológicas tradicionais que se centram sobretudo nos atributos destes elementos (Molina, 2001).

Mitchell, citado por Mercklé, refere que a rede se assume como um «conjunto particular de interligações (*linkages*) entre um conjunto limitado de pessoas, com a propriedade suplementar que as características dessas inter-relações consideradas como uma totalidade, podem ser utilizadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas» (2004, p. 93).

Para Degenne e Forsé (1994) a análise de redes sociais distancia-se da análise sociológica tradicional, sobretudo ao nível das aproximações funcionalistas, para uma corrupção «formal» do determinismo social. O constrangimento exercido pelas estruturas sobre os indivíduos é um constrangimento débil, que torna o indivíduo livre dos seus atos. Porém, importa sublinhar, na linha do que defende Mercklé (2004), que a ambição da análise de redes sociais não é somente perceber os «efeitos» das estruturas sobre os comportamentos, mas, também, perceber os efeitos dos comportamentos sobre as estruturas sociais onde se desenvolvem as interações.

Como é que as estruturas estáveis se cristalizam de forma a produzir estruturas sociais estáveis? De uma forma quase consensual, os autores mais referenciados na análise de redes sociais partem de postulados sobre a racionalidade do comportamento relacional dos atores sociais, sem os quais parece não ser possível explicar a emergência das estruturas sociais [Wip-

pler, 1978; Burt, 1982; Coleman, 1990; Flap, 1997; Forsé, Langlois, 1997] (cf. Mercklé, 2004).

Na sociologia, ou, melhor, em alguma sociologia, e, em particular, na teoria dos grafos, procura-se analisar a dinâmica do grupo em função das relações que os seus membros estabelecem entre si. Assim, esta análise estrutural fornece indicadores que permitem identificar algumas propriedades do grupo ou até mesmo caracterizar a influência que cada indivíduo ocupa no grupo. Porém, apesar da simplicidade desta equação, há ainda uma certa agitação teórico-concetual na construção de um objeto sociológico para uma denominada sociologia das redes sociais. Este capítulo procura encetar uma discussão de contexto, sobre os pressupostos que podem contribuir para a construção de uma abordagem multidisciplinar das redes sociais. Os pressupostos da abordagem das redes sociais, o olhar enquanto «novo» paradigma nas ciências sociais e humanas e os pressupostos para a sociologia das redes sociais, são alguns contributos para esta reflexão teórica, num contexto em que as redes sociais conjecturam uma abordagem multidisciplinar.

A análise das redes sociais, ao contrário das lógicas atributivas da sociologia, centra-se nos estudos de relações e não nos atributos dos elementos. «A ideia base que está subjacente a esta aproximação é de que as estruturas de relações têm poder explicativo maior que os atributos pessoais dos membros que compõem o sistema» (Molina, 2001, p. 13).

Para Wasserman e Faust (1998) a análise de redes sociais baseia-se na suposição em que os atores participam num sistema social com outros atores, onde as suas relações formam redes significativas. É referido também que, a análise de redes evoluiu como um método de análise das estruturas sociais, com o intuito de investigar o aspeto relacional destas estruturas (Wasserman e Faust, 1998).

No quadro da visão multidisciplinar da sociedade a análise de redes sociais tem como principal foco a compreensão da estrutura, tentando desmontar a complexidade estrutural, respondendo, através de um conjunto de medidas da rede, a um conjunto de questões de investigação:

- Centralidade: quais os indivíduos que melhor se relacionam com outros;
- Conetividade: como estão os indivíduos ligados/relacionados ou não estão ligados/relacionados;
- Nas relações entre os atores em vez dos seus atributos;
- No sentido de interdependência entre as unidades em rede;

- Como é que a estrutura afeta os resultados;
- Quais os efeitos emergentes das redes.

Os dados obtidos através da análise de redes sociais permitem aos investigadores aplicar uma serie de técnicas de análise de matrizes, entre as quais algumas específicas da análise de redes e outras utilizadas em estatística, de forma a extrair padrões de relação.

Em análise de redes sociais, a terminologia de ator ou atores, refere-se aos indivíduos que estão no seio de uma rede, enquanto que os laços se referem às conexões entre os indivíduos de uma rede.

Nos nossos dias a análise de redes sociais tem sido marcada por abordagens excessivamente quantitativas das interações sociais e pela tentativa da sua matematização. Todavia, importa sublinhar que a tendência da matematização não implica a exclusão de outras abordagens. As abordagens quantitativas tendem a descrever a morfologia e a estrutura das redes construindo uma visão estática dos laços sociais, tornando-se estes «endurecidos» isto é, uma abordagem linear das interações sociais.

Na atualidade, o debate sobre redes sociais ocupa um lugar estratégico na construção e invenção de novos instrumentos teóricos, capazes de aprender a realidade social e a construção da sociabilidade, expressando a complexidade das relações e interações presentes nos processos que estruturam as relações sociais (Molina, 2001). Perante as rápidas mudanças sociais, em especial com a transformação qualitativa nas formas de relação, o estudo das redes adquire uma importância central nas ciências sociais, não só pela generalização do conceito de rede, mas, fundamentalmente, pelo surgimento de novas e complexas formas de interação social que obrigam a uma abordagem multidisciplinar das relações sociais.

■ Bibliografia

- Barnes, J. (1987). *Redes Sociais e Processo Político*. In B. Feldman-Bianco (org.), *In Antropologia das Sociedades Contemporâneas, Métodos*, São Paulo, Global.
- Boissevain, J. (1979). *Network analysis: a reappraisal*. In *Current Anthropology*, Chicago, Vol. 20, n. 2, pp. 392-394.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. *A sociedade em rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- Degenne, A. & Forsé, M. (1994). *Les réseaux sociaux; une analyse structurale en sociologie*. Paris, Armand Colin.
- Mercklé, P. (2004). *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris, La Decouverte.
- Molina, J. L. (2001). *El análisis de redes sociales. Una Introducción*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1998). *Social Networks analysis: methods and applications*. New York, Cambridge University Press.

Capítulo 2

Informação, conhecimento e redes sociais no campo da saúde

Regina Maria Marteleto

2.1. Introdução

O conceito e o método de análise de redes sociais, ainda em estágio de consolidação teórica e aplicada, parecem alcançar cada vez mais posição de transversalidade em diversos campos do conhecimento e da prática, quando se trata de estudar ações coletivas entre grupos, organizações e indivíduos, baseadas em elos de compartilhamento gerados nos processos de mobilização sociopolítica e na apropriação de saberes de forma interativa e horizontal. Nessa perspectiva, o tema da saúde é especialmente sensível à abordagem das redes sociais, tendo em vista tanto o valor central que a saúde adquire no imaginário e nas instituições nas sociedades de hoje, quanto o seu potencial como objeto de análise crítica. Pesquisadores do campo exploram com diferentes matizes culturais, políticos e históricos, a chamada «inscrição social da saúde» e sua natureza tanto biológica, médica e técnica quanto política, social e cultural (Minayo, 1997; Kropf, 2004).

As análises no terreno da informação e comunicação parecem formalmente similares às da saúde, ao ultrapassarem uma concepção instrumental de seus objetos com funções relativamente delimitadas, em direção a análises críticas, simbólicas, construtivistas e, mais recentemente, direcionadas para a ação coletiva e os processos relacionais de elaboração dos sentidos produzidos socialmente, ainda que por vezes voltadas, no caso principalmente das ciências da informação, para uma naturalização dos ambientes e condicionantes de uma «sociedade da informação».

Por essa razão, e por tratarem de objetos que povoam a estrutura de valores e significados das sociedades contemporâneas desde as últimas décadas, os estudos dos campos da informação, comunicação e das ciências sociais e saúde alcançam uma proximidade natural, na medida em que se leva em conta a inscrição coletiva da saúde e de seus atores sobre as suas práticas e representações. É nesse contexto que ganham peso, ainda que por hora modesto, os estudos das redes sociais na saúde (Routier, D'Arripe, 2010; Stotz, 2009; Marteleto, Stotz, 2009; Martins, Fontes, 2004; Pinheiro, Martins, 2011).

A partir dessas demarcações iniciais o objetivo do capítulo é refletir a respeito dos desafios teóricos e das potencialidades metodológicas do estudo de redes sociais no campo da saúde a partir do prisma da informação, ou seja, de que forma as relações entre os atores sociais afetam as práticas de produção, circulação e apropriação das informações na atenção básica, no controle e na promoção à saúde. Para tanto, parte-se do pressuposto de que

redes sociais não são infraestruturas de comunicação, mas relações que, por meios diversos, os indivíduos e os grupos sociais mantêm entre si (Mercklé, 2004).

Nesse intento, o capítulo apresenta um recorte de uma pesquisa que contemplou a Rede de Educação Popular e Saúde (RedePopSaúde) formada por especialistas, profissionais, estudantes, ativistas, gestores e atores de movimentos sociais, cujo substrato são os processos de mobilização e participação popular em saúde. O objetivo foi estudar as configurações das relações e das posições interdependentes dos atores, a fim de perceber como se organizam os processos de comunicação e os fluxos de informações para o compartilhamento e a apropriação de saberes e práticas em saúde, em perspectiva emancipatória e política. A metodologia empregada é a análise de redes sociais (ARS), realizada a partir de questionário eletrônico enviado aos participantes da lista de discussão na Internet da RedePopSaúde. Trata-se de uma inovação metodológica, uma vez que o emprego desses recursos ainda não se faz presente em estudos na área da saúde, com vistas à análise dos processos e práticas de promoção e de participação, com foco na informação para a construção compartilhada de conhecimentos em saúde.

2.2. Redes e redes sociais

Nas ciências sociais a noção de redes de modo geral é empregada, para estudar e representar a estrutura relacional da sociedade. Segundo autores, entre eles Elias (1994), as ciências sociais dicotomizam o entendimento das formações socio-históricas, ora referindo-as como o conjunto de organismos ou de indivíduos isolados, ora como uma entidade orgânica, supraindividual. Empregando a noção de rede, o autor entende a estrutura social enquanto funções interdependentes resultantes de um fluxo contínuo de associação entre pessoas ou um complexo funcional constituído por «laços invisíveis» de propriedade, de trabalho, instintivos e afetivos. Os fenómenos sociais teriam natureza «reticular», e tanto as relações interpessoais como a estrutura da qual elas fazem parte seriam passíveis de reformulação. No campo de estudos da informação e da comunicação a palavra rede é referida no geral operando simultaneamente enquanto uma técnica de espírito (uma epis-teme) e de arranjo do território (uma forma simbólica), mobilizando uma simbologia comum da circulação e da ligação (Miège, 2000; Sfez, 2007).

Nesse sentido, rede seria um conceito de passagem que prepara os espíritos para uma remodelação dos elementos tradicionais do conhecimento, por isso circula em todos os meios e espaços para designar desde coisas práticas e prosaicas do mundo da vida, até construções abstratas em lógica matemática (Sfez, 2007).

Redes sociais são aquelas constituídas de um conjunto de unidades sociais e das relações que mantêm entre si, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis (Mercklé, 2004). São formas de ação coletiva resultantes de um processo social mais amplo, sejam as redes primárias, que se configuram no processo de socialização dos indivíduos como um processo autônomo, espontâneo e informal, sejam as redes secundárias, que se formam pela atuação coletiva de grupos, instituições e movimentos que se orientam por interesses comuns. Quando associadas a ações de mobilização e participação de movimentos sociais nas sociedades complexas, funcionam como redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem em vários planos da imagem do ator politicamente organizado. Trata-se de uma transformação relevante do modelo organizativo dos movimentos sociais e das formas emergentes de conflitos em sociedades de alta complexidade (Melucci, 2001).

Nessa perspectiva as diversas formas organizativas baseadas em dinâmicas de enredamento entre entidades, organizações civis e movimentos sociais se diferenciam das redes sociais de indivíduos, porque seus elos e relações representam interesses, necessidades e identidades coletivas de grupos, comunidades e populações (Aguiar, 2007; Scherer-Warren, 2008; Martins e Fontes, 2004). Suas ações são coletivas e envolvem processos participativos e colaborativos fortemente apoiados na produção, apropriação e compartilhamento de conhecimentos e saberes, tanto especializados ou científicos, quanto históricos, sociais ou populares os quais orientam escolhas ideológicas, estratégias discursivas e/ou narrativas de contra-argumentação e táticas de intervenção na esfera pública. As redes de movimentos assim construídas são formadas por diferentes atores sociais e necessitam da participação de profissionais capacitados tanto no meio acadêmico quanto na aprendizagem coletiva das lutas sociais (Aguiar, 2007).

Um dos pressupostos construídos ao longo das pesquisas no campo da informação e saúde é o de que as redes sociais que se organizam visando fins de intervenção, mobilização e controle social na saúde – no caso, aquelas que se orientam pelos princípios da educação popular e saúde – têm construído

ao longo de suas ações por melhores condições de vida e de saúde, formas próprias de produção de conhecimentos e de apropriação de informações, se comparadas àquelas vigentes nas esferas institucionais tradicionais da sociedade: universidades, órgãos públicos, empresas, mídias ou o próprio Estado.

Nos processos de «construção compartilhada de conhecimentos» que se produzem nessas «redes híbridas», uma miríade de saberes de atores: lideranças populares, especialistas; estudantes, profissionais; de organizações: universidades, ONG, igrejas, associações civis e comunitárias; de conhecimentos: o científico, o histórico, o popular, das mídias, são confrontados e às vezes amalgamados para alcançar a compreensão crítica a respeito das formas de participação e controle social para a elaboração e aplicação das políticas públicas de saúde e de outras afetas às condições de vida da população. A esses saberes construídos de forma compartilhada denomina-se «terceiro conhecimento» (Marteletto e Valla, 2003), o qual faz passagem por processos de aprendizagem e apropriação de saberes especializados e aqueles extraídos das falas e narrativas populares. As articulações entre formas diferentes de conhecer geram um campo compósito de sentidos, discursos, interesses, narrativas, informações onde não se percebe um sentido original, porque cada espaço de informação-comunicação está permeado por outros lugares (Marteletto e Silva, 2015).

2.3. Informação, redes e capital social

Nessa vertente de estudos das redes sociais híbridas no campo da saúde com foco nos processos coletivos de produção, circulação e apropriação de saberes e informação destacam-se três planos teóricos e metodológicos para a construção e a análise interpretativa dos objetos de pesquisa: a) o plano social-comunicacional, onde se consideram os laços, as interações, os interesses e os objetivos comuns dos atores a partir de seus espaços de convívio e pertencimento; b) o plano cognitivo-informacional, cuja ênfase analítico-interpretativa situa-se no compartilhamento dos conhecimentos e nas trocas narrativas e informacionais; c) o plano semântico, que observa as práticas de produção de significados entre os atores coletivos para a ação social em saúde.

Nesse intento informação e redes funcionam como conceitos transversais, aqui compreendida a transversalidade numa perspectiva além da inter e

da transdisciplinaridade, uma vez que os conceitos transversais não operam como «conceitos-passagem», imobilizados no lugar preciso de uma disciplina, nem como o «conceito imperial» da transdisciplinaridade, presente em todos os lugares. O conceito transversal seria um «conceito-viajante», situado tanto no interior quanto no exterior das disciplinas:

«Ele muda as paisagens nas quais se desloca, e ele próprio muda com elas, sem perder, no entanto, a sua identidade. Os conceitos de viagem, da mesma forma que as pessoas de viagem, assumem uma função de junção e de superposição do específico e do universal...» (Barel & Cauquelin, 1993, pp. 184-185; Marteletto, 2007).

Stotz (2009, p. 27), ao recuperar a ideia de «conceito de junção» (Thompson, 1981) para refletir sobre as redes sociais na saúde, afirma que rede social é um conceito de junção entre disciplinas distintas para dar conta das experiências de ação e de solidariedade realizadas e promovidas por atores sociais e políticos. Lembra que a proposta conceitual do historiador Edward Thompson está ancorada no entendimento de que, do ponto de vista da experiência dos atores em sociedade, a esfera económica sempre tem uma implicação moral. Dessa forma, as necessidades (*wants*) que formam o objeto da economia política expressam tanto o estado psicológico das necessidades quanto a série de bens, serviços e utilidades capazes de satisfazê-las. Nesse sentido, Thompson explora a ideia de que «necessidade» é um conceito de junção entre objetos de diferentes disciplinas académicas o qual leva a estudar diferentes ângulos, dimensões e abordagens de um mesmo fato, processo ou fenómeno.

Para estudar as redes sociais no campo da saúde do ponto de vista da informação, entende-se nesse escopo os conceitos de informação e redes sociais enquanto conceitos transversais e de junção, porque encaminham a formulação interdisciplinar de objetos concretos enquanto objetos de estudo (Davallon, 2004) a partir de uma elaboração relacional em três movimentos teóricos-metodológicos. Em primeiro lugar o emprego de conceitos e métodos das ciências sociais para alcançar a multidimensionalidade, a temporalidade e a espacialidade das relações e trocas sociais. Em segundo o esquadramento situado sobre a produção, a circulação e a apropriação de saberes e informações, o qual depende da formulação anterior sobre as representações e práticas em redes sociais. Em terceiro a leitura contextual do campo de aplicação de um estudo de redes do ponto de vista da informação – a saúde e os seus condicionantes culturais, sociais, históricos. Essa triangulação inter-

disciplinar exige o emprego dos conceitos de redes e informação enquanto conceitos transversais e de junção para dimensionar no tempo e no espaço as relações, experiências, posições e ações interdependentes dos atores em suas redes.

O conceito de capital social é um operador teórico-operacional que orienta a triangulação interdisciplinar. Nos termos de Bourdieu: «*O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento*» (Bourdieu, 2011, p. 67) vinculadas a um grupo ou conjunto de agentes dotados de propriedades comuns e unidos por ligações permanentes e úteis. O capital social representa dessa forma o conjunto de contactos, relações, conhecimentos, amizades, obrigações (créditos e dívidas simbólicas) que proporciona ao ator uma «espessura» social mais ou menos extensa, um poder de ação e de reação mais ou menos importante em função da qualidade e da quantidade de suas conexões com outros atores dotados de capitais similares (Chauviré e Fontaine, 2003, p. 13).

Na teoria de redes sociais o capital social é em geral referido aos recursos mobilizados (*mobilized*) e acessíveis (*accessible*) incorporados numa estrutura social (Lin, 1999; Haythornthwaite, 2009). Os recursos mobilizados são aqueles que são utilizados para obter algum resultado. De certa forma, segundo Haythornthwaite (2009), esses recursos são similares aos «conhecimentos explícitos», isto é, informações articuladas que os atores fazem esforço consciente para transferir ou comunicar. Já os recursos acessíveis são aqueles que estão presentes nas redes e potencialmente disponíveis para uso. De certa forma são análogos à ideia de «conhecimentos tácitos», agora considerados no plano de uma rede. De acordo com Lin (1999) o capital social depende dos recursos incorporados numa estrutura social; da acessibilidade a esses recursos sociais pelos indivíduos; e do uso ou mobilização desses recursos sociais pelos indivíduos em ações intencionais: «*Assim concebido, o capital social contém três elementos intermediando a estrutura e a ação: o estrutural (incorporado), a oportunidade (acessibilidade) e a ação orientada (uso)*» (Lin, 1999, p. 35).

Embora orientadas por fundamentos epistemológicos diferenciados entre si, as bases conceituais do capital social na sociologia crítica (Bourdieu) e na teoria de redes sociais (Lin e Haythornthwaite) permitem empregar o conceito nas pesquisas também como um conceito de junção, ao focar tanto no

plano económico-racional-decisório do agir social quanto nas experiências, identidades e vivências dos atores sociais associadas ao seu pertencimento de campo social e aos seus objetivos coletivos. Esse procedimento é importante quando se trata de estudar as «redes híbridas» que se constroem pautadas por intenções de controlo, participação e mudanças na ordem assistencial, económica, política e social da saúde.

2.4. O campo da saúde coletiva e a educação popular e saúde (EPS)

O campo da Saúde coletiva no Brasil possui características peculiares em relação a outros países, e se constituiu no bojo dos processos de redemocratização da sociedade e do Estado brasileiros, com nitidez maior nos anos de 1980, quando o país se preparava para deixar um período longo de ditadura militar e se organizavam as discussões e representações para o estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte, destinada a representar a expressão dos diversos segmentos do país em relação à nova constituição brasileira. Existe uma vasta literatura no campo da saúde que se dedica a retomar e rediscutir alguns marcos principais da Reforma Sanitária Brasileira, apresentados aqui de forma esquemática, para o fim de situar as questões de interesse de uma pesquisa sobre as redes sociais na saúde.

Na década de 1980 destacou-se a atuação do movimento sanitário, no âmbito mais geral de combate e resistência ao regime militar e pela democracia, em que a garantia de assistência à saúde da população brasileira deveria ser obrigação do Estado e direito de todos os cidadãos. Foi então criado o Partido Sanitário, num momento em que só havia dois partidos políticos no país, controlados direta ou indiretamente pela ditadura militar, o qual recebeu sustentação teórica de duas entidades com forte presença epistemológica e política no campo da saúde: o CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e a ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Ao mesmo tempo, a Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz oferecia cursos em todo o país, adotando uma concepção nova e mais ampliada da saúde. Esse momento da saúde pública no país recebeu influências da Declaração de Alma-Ata, elaborada a partir da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários à Saúde, realizada na então União Soviética, em 1978, a qual declarava que a saúde, enquanto

estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, é um direito humano fundamental. A meta de atingimento de um estado de saúde, entendido nesses termos pelas populações do mundo, foi considerada a meta social global a mais importante, e sua realização requeria a participação de outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. Nesse bojo, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, estabeleceu os princípios e diretrizes da Reforma Sanitária Brasileira:

«a saúde é definida como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas sociais de organização da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida» (Brasil, 1986, p. 4).

Concomitante a essa reformulação conceitual, pensava-se sobre de que forma os serviços de saúde deveriam se organizar para atingir esses princípios, e como seria financiado um Sistema nacional de saúde. As entidades representativas do movimento sanitário brasileiro se organizaram e apresentaram suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte para o setor da saúde, em meio a pressões de diferentes interesses públicos e privados do campo da saúde. Aquelas foram parcialmente aprovadas, garantindo aos cidadãos brasileiros o acesso à saúde como um dever do Estado, o que se desdobrou tempos depois na concepção e implantação do Sistema Único de Saúde – SUS.

No entanto o Sistema Único de Saúde, regulamentado em 1990, veio sofrendo dificuldades de toda ordem devido à implantação de políticas neoliberais no país, uma vez que, segundo Bahia (2006), a abertura da economia, a integração do país nos circuitos globalizados, o primado da economia sobre a política, do qual derivam as pragmáticas fórmulas de Estado e políticas sociais mínimas, desnaturam a própria essência do SUS universal. Nesse quadro, assim como os demais atores da luta histórica pela reforma sanitária no país e pela implantação do SUS enquanto garantia de acesso universal aos serviços de saúde, Braga (2007) acredita que o conceito ampliado de saúde necessita ser constantemente retomado nos variados âmbitos do campo da saúde – o acadêmico, o político, o gerencial, o social, o técnico e dos serviços, rediscutindo e reforçando o caráter democratizante da descentralização, da participação e do controle social sobre o sistema de saúde no país.

No plano epistemológico, e paralelamente à construção de novos paradigmas de compreensão da noção de saúde, formularam-se entendimentos conceituais e contextuais inovadores da saúde coletiva, que marcam a relação interdisciplinar do discurso da biomedicina com o das ciências sociais na saúde, abrindo perspectivas de aproximação entre o conhecimento científico e outras formas de saberes e de necessidades na sociedade. De acordo com Stotz, David e Bornstein (2007) o modo tradicional de se entender a saúde e a doença se refletem no próprio trabalho dos profissionais de saúde, cuja formação técnico-científica assumiria um caráter fortemente normativo no cotidiano dos serviços. Essa formação rompe com o saber da experiência e da cultura das comunidades e centra-se numa maneira prescritiva e pouco dialogada de ver o corpo, os problemas, o tratamento a ser seguido.

É nesse bojo que se constrói uma linha de pensamentos e de práticas sobre a saúde – a Educação popular e saúde – EPS que tem suas raízes inspiradoras nas experiências de educação popular no país, as quais se estruturaram como um corpo teórico e método de trabalho com as classes populares a partir da década de 1970, junto às comunidades eclesiais de base e os movimentos sociais em luta contra a ditadura militar e suas políticas econômicas e sociais, firmando-se como teoria hegemônica que orientava o modo de participação dos agentes eruditos (professores, padres, cientistas sociais, profissionais de saúde, etc.) engajados no trabalho político e pedagógico. No final dos anos de 1970, favorecida pela multiplicação de serviços de Atenção Primária à Saúde ocorrida no Brasil, a Educação popular passa a se constituir, em vários serviços, como um instrumento de reorientação da globalidade das práticas de saúde, na medida em que dinamiza, fortalece e aprofunda a relação entre as equipes dos serviços de saúde com a população e seus movimentos organizados (Vasconcelos, 2001).

Nesse contexto, o traço fundamental da Educação popular e saúde está no método, ou seja, no fato de tomar como ponto de partida do processo pedagógico da educação em saúde o saber da população, o que significa considerar as experiências das pessoas sobre o seu sofrimento e dos movimentos e organizações populares em sua luta pela saúde, ao admitir a existência de outras formas de saber, tão válidas quanto o saber técnico-científico (Stotz, David e Bronstein, 2007). O campo da saúde constitui um espaço híbrido e pleno de conflitos, no qual a educação popular e saúde constrói a interdisciplinaridade com as ciências sociais e com as práticas de saúde.

2.5. Rede de Educação Popular e Saúde (RedPopSaúde)

Na literatura das ciências sociais se identificam geralmente dois planos das redes sociais: *a)* as redes primárias, relativas às interações quotidianas entre as pessoas (familiaridade, parentesco, vizinhança, amizade, etc.) no processo de socialização. Trata-se de processos autónomos, espontâneos e informais; *b)* as redes secundárias, formadas pela atuação coletiva de grupos, instituições e movimentos que defendem interesses comuns. Scherer-Warren (2008) afirma que os estudos das ações coletivas na perspetiva das redes ora as tratam como um elemento ou forma de estruturação da sociedade da informação, ora como uma metodologia adequada para investigar ações na sociedade complexa, ou ainda como uma forma de relações e articulações dos movimentos sociais no mundo globalizado, as quais demandam novas formas de entendimento.

Stotz (2009) realizou uma busca livre em bases de dados da área de saúde com os termos «redes sociais» e «saúde» e constatou que se pode estudar redes sociais na saúde como apoio social (estudos sobre monitoramento de tratamento, controle de doenças, nutrição, envelhecimento, prevenção de riscos como gravidez e doenças sexualmente transmissíveis); solidariedade (estudos sobre a ação de seropositivos do HIV/Aids); focalização de políticas sociais (Programa Saúde da Família); gestão de políticas e articulação de interesses (estudos sobre cidades saudáveis e políticas de combate à pobreza); compromisso social (estudos sobre ação de adolescentes).

Dentre as diferentes concepções teóricas e metodológicas das redes sociais destacou-se, para o estudo sobre a RedPopSaúde, o seu entendimento como um espaço de trocas coletivas, portanto, qualificador de informações e experiências. No recorte desse capítulo mostram-se resultados baseados na aplicação de uma metodologia formal de análise de redes sociais (ARS) conjugada com instrumentos qualitativos para estudar a estrutura e as posições dos atores da Rede de Educação Popular e Saúde (RedePopSaúde), apoiados no pressuposto de que as posições interdependentes e os papéis desempenhados pelos atores desse coletivo revelam formas de comunicação, fluxo de informações e construção compartilhada de saberes para embasar ações de mobilização e participação social na saúde.

A Rede de Educação Popular e Saúde surgiu em 1998, como uma evolução da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde – Aneps, criada

em 1991 no I Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde, realizado em São Paulo, e se estrutura numa articulação de profissionais de saúde, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais orientados pelos princípios da Educação popular como estratégia de construção de uma sociedade mais saudável e participativa, bem como de um sistema de saúde mais democrático e adequado às condições de vida da população. As ações e reflexões dos membros da RedPopSaúde orientam-se pelos princípios da educação popular desenvolvida por Paulo Freire aplicados à problematização da saúde para promover integração entre saber científico e saber popular e entre iniciativas de especialistas, técnicos e ativistas de movimentos sociais na construção compartilhada de soluções criativas e mobilizadoras na área da saúde.

Essa rede realiza, desde a sua constituição, um forte investimento em diferentes mídias de informação e comunicação, de maneira a manter a filosofia teórico-prática de seus princípios e ações: um sítio Internet; uma lista de discussão mantida no Yahoo Grupos; o Boletim Nós na Rede e outras publicações, a organização de eventos presenciais, além da articulação com outros grupos e coletivos como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde – Aneps; a Articulação Nacional de Extensão Popular – Anepop; o Grupo de Trabalho em Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-Abrasco. Esses elos assinalam os recursos que movimentam essa rede social – a informação, a comunicação e o conhecimento na dimensão da mobilização e protagonismo dos atores da saúde e da população. Pode-se afirmar que seus membros se articulam para realizar uma sistematização de teorias, metodologias e práticas de educação popular e saúde capaz de intervir nas políticas públicas e promover, de forma compartilhada com a população, o controle e a participação popular na saúde.

Em seus espaços virtuais ou concretos a RedPopSaúde apresenta ideologicamente e historicamente a sua posição e o propósito de reunir diferentes atores do campo em torno das questões da saúde alinhadas com os princípios da educação popular e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. O objetivo de mobilização é ressaltado, assim como a presença mais atuante nos espaços acadêmicos, políticos e de gestão do Estado. A produção e sistematização de conhecimentos é uma meta acentuada pelos membros da Rede.

2.6. Estudando a RedPopSaúde

Desde agosto de 2001 a Rede mantém um sítio Internet e uma lista eletrônica de discussão, de forma a registrar a memória do grupo, divulgar suas ideias e compartilhar experiências e informações pertinentes à Educação popular e saúde. A lista foi criada em 2001 no *Yahoo Grupos*¹ e registava no período da pesquisa² 671 membros representados por pesquisadores, profissionais, técnicos, estudantes, agentes de saúde e lideranças comunitárias, que desenvolvem ações voltadas aos temas: educação e saúde, saúde da família, agentes comunitários de saúde, promoção da saúde, cultura e saúde, cuidados em saúde, organização e construção comunitária em saúde, subjetividade e saúde, religiosidade e saúde, espiritualidade e saúde, arte e saúde. A lista de discussão reunia integrantes de todo o país mantendo uma participação significativa dos seus associados, com média mensal de cerca de 300 mensagens. Tornou-se um veículo de comunicação de amplo alcance no campo da Educação popular e saúde. Por isso, e após obter o consentimento formal dos moderadores e dos participantes e passar pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FIOCRUZ, o questionário da pesquisa foi direcionado a todos os membros da lista. Primeiramente, foi encaminhado individualmente para os endereços eletrônicos de cada integrante da lista, depois de serem recuperados, conferidos e atualizados a partir do próprio sistema da lista de discussão do *Yahoo Grupos*. Numa segunda chamada, foi repassado na própria lista.

O questionário foi desenvolvido na plataforma *online* do Google Docs, pela ferramenta Formulário, contendo as seguintes partes: a) dados do respondente; b) inserção no campo da Educação popular e saúde; c) participação na RedPopSaúde; d) atuação na lista de discussão da Rede; e) uso de mídias de comunicação e fontes de informação *online* e *offline*; f) indicação de contactos na rede; g) indicação de nomes dos membros que considera expoentes na Rede. Foi respondido por 69 pessoas entre os meses de novembro e dezembro de 2011.

(1) A lista foi mantida até o final de 2012, quando foi criada uma nova lista, hoje com cerca de 100 participantes: <http://br.groups.yahoo.com/group/edpopsaude/>.

(2) O Projeto de pesquisa «Antropologia da informação e redes sociais na saúde», desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Cultura e processos infocomunicacionais (CULTICOM), financiado pelo CNPq/MCTI, foi desenvolvido no período entre 2010 e 2013.

Os dados levantados foram analisados com base nos parâmetros da Análise de Redes Sociais (ARS), que permite o estudo dos padrões de relacionamentos entre os atores, a fim de analisar a estrutura e o modo de funcionamento de uma rede. Para identificar os padrões utilizou-se o *software* UCINET³ para o cálculo das medidas de centralidade; e o *Netdraw* para a representação dos diagramas da Rede. Com o propósito de identificar a rede de contactos, na terceira parte do questionário solicitou-se aos respondentes que indicassem até cinco pessoas com as quais vêm mantendo parcerias e atuando com maior frequência, em função das atividades e objetivos no campo da Educação popular e saúde. Foi solicitado ainda que indicassem os nomes de até 5 pessoas que consideram mais relevantes e destacadas na Rede.

2.6.1. Elos, centralidades e relações

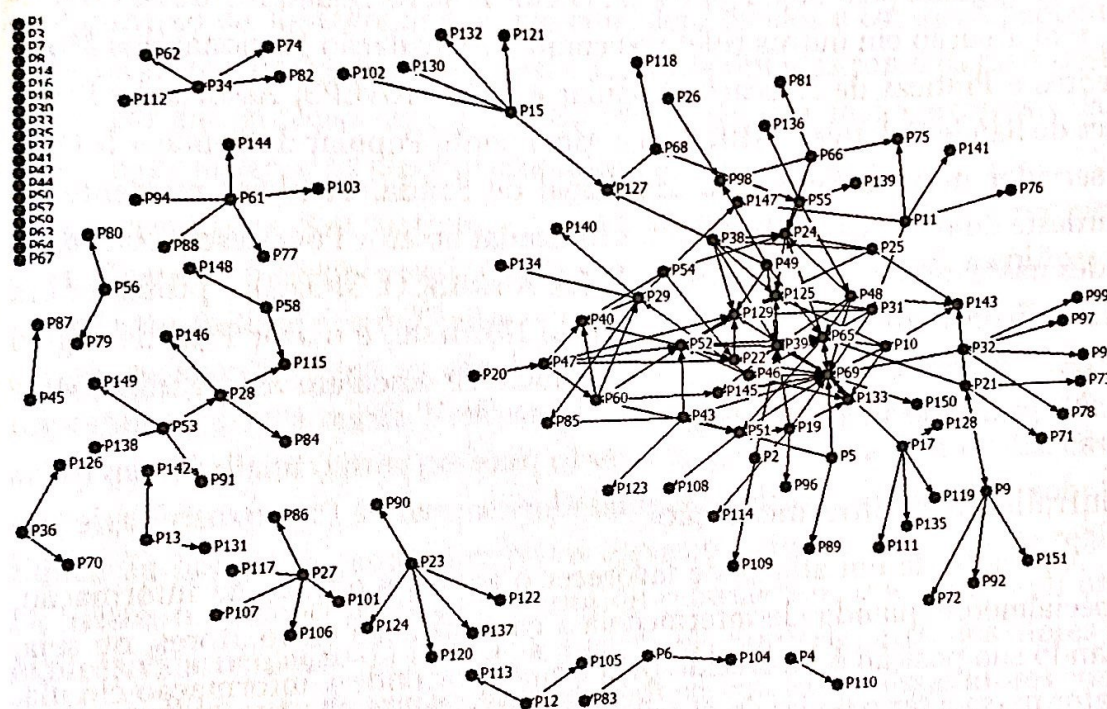
A configuração obtida da RedPopSaúde tem 149 atores, entre os respondentes do questionário e seus indicados. Pela visualização da Figura 2.1 percebem-se diferentes cliques e *clusters* de dimensões distintas. Observou-se que os atores não estão plenamente conectados, o que sugere que alguns membros da rede não são tão atuantes, além do que a rede tem representações em todo o Brasil, e é esperado que pequenas redes isoladas se formem em determinadas regiões, de forma dispersa ou conectada com redes sociais locais.

Para proceder à análise da estrutura dessa Rede foi necessário observar os seguintes casos: a) atores que preencheram o questionário e indicaram seus contactos; b) atores que preencheram o questionário, porém não indicaram seus contactos; c) atores que não responderam o questionário, seja porque não fazem parte da lista eletrônica, ou fazem parte e não responderam o questionário, porém foram citados pelos respondentes. Por exemplo, os atores posicionados na vertical à esquerda da Figura 2.1 responderam o questionário, porém não indicaram seus contactos. Esses atores não citaram os contactos seja por residirem em regiões em que não têm ação efetiva ou não têm um interlocutor na educação popular e saúde, seja porque não atuam nessa prática, e apenas se interessam pela temática, o que se identificou pelas respostas qualitativas do questionário.

(3) Borgatti, S. P., Everett, M. G. & Freeman, L. C. 2002. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies. www.analytictech.com/ucinet/.

A configuração maior da Rede, à direita na Figura 2.1, tem a presença dos atores mais atuantes, que são os mais bem posicionados na rede. A maior parte dos contactos periféricos da rede estão ligados por um membro-ponte com o núcleo central da rede. Os atores periféricos são importantes para toda a rede por desdobrarem a comunicação e os elos com outros atores ou coletivos, segundo os parâmetros da análise de redes sociais (ARS).

Figura 2.1. Rede de Educação Popular e Saúde – RedPopSaúde



Centralidade

As medidas de centralidade são importantes de serem dimensionadas nas redes sociais híbridas, isto é, que têm componentes com diferentes perfis socioeconômicos, capitais intelectuais e formas de conhecer, movidos por objetivos comuns de intervenção social na saúde. Seu cálculo permite perceber quem são os atores centrais numa rede – os quais podem comunicar-se de maneira direta com muitos outros; os que têm proximidade com muitos outros atores; ou ainda perceber aqueles que funcionam como mediadores nas comunicações e nos fluxos e trocas de informações.

Centralidade de grau

A centralidade de grau indica a posição de um ator em relação às trocas e às comunicações na rede, considerando-se a quantidade de ligações que se colocam entre os diferentes atores. Quanto mais central é um ator, mais bem posicionado ele está em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta o seu poder de comunicação e obtenção de informações na rede (Marteleto, 2001; Marteleto & Tomaél, 2005).

Na configuração da RedPopSaúde o ator com maior centralidade de grau é o P69, seguido pelo P65, P39 e P52. O ator P69, da região Nordeste do Brasil, tem atuação em outros coletivos como a Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde-ANEPS; Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; Movimento Popular de Saúde - MOPS. É servidor de uma Secretaria Municipal de Saúde. Também residente no Nordeste do país, o ator P65 tem perfil similar ao ator P69, desenvolve atividades nas mesmas organizações (ANEPS, ABRASCO, MOPS), é professor em uma universidade. O ator P39, da região Nordeste, e o ator P52, da região Sudeste, atuam em universidades e também se vinculam às organizações e coletivos anteriormente citados.

Centralidade de intermediação

A posição de um ator pode favorecer o acesso e o fluxo da informação, especialmente quando ele intermedeia a comunicação entre atores, ou seja, quando sua posição é favorecida pelo trajeto por onde a informação circula. O ator passa a ter o poder de distribuí-la. O cálculo dessa medida é feito com base nos caminhos geodésicos, os mais curtos. A centralidade de intermediação do ator P65, professor universitário e membro de diferentes coletivos afins na Educação popular e saúde se destacou em relação aos demais por ele estar em uma posição que possibilita controlar uma grande parte da informação que circula na rede. Essa posição pode ainda permitir que ele possa influenciar as pessoas para as quais ele intermedeia informação.

Centralidade de fluxo de intermediação

A centralidade de fluxo de intermediação analisa todos os caminhos possíveis que a informação pode percorrer entre os atores, incluindo os mais longos, enquanto a centralidade de intermediação analisa apenas os caminhos mais curtos (distância geodésica). O ator P22 tem maior possibilidade de intermediar o fluxo de informação por vários caminhos seguidos pelos

atores P51 e P47. Os três são provenientes das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, respectivamente, regiões estratégicas para movimentar o fluxo de informação, com forte predominância da região Nordeste.

2.6.2. Rede de educação popular e saúde – expoentes

Para dimensionar a presença de expoentes na Rede foi solicitado que os respondentes citassem até cinco pessoas que considerassem atuantes e expressivas no campo da Educação popular e saúde. De forma diferente da configuração da RedePopSaúde que considera os elos e compartilhamentos entre os atores, os expoentes se refere aos atores citados como os mais destacados em sua atuação no campo. Os membros com maior expressividade foram indicados por 57 dos 69 respondentes.

Os resultados demonstraram que 20 atores receberam de 3 a 28 menções. Desses, 10 receberam mais de sete indicações, um valor significativo em relação ao total dos indicados – mais de 70. Alguns respondentes justificaram suas indicações: a) são atuantes na área e fornecem informações importantes para a região Nordeste do país; b) contribuem com a área com ações que auxiliam outras pessoas; c) seus comentários na lista de discussão são significativos; d) fornecem embasamento teórico para refletir sobre a Educação popular e saúde. Dentre os expoentes citados 50% são da região Nordeste, o que corrobora as medidas de centralidade, que indicaram uma expressiva articulação da rede no e a partir do Nordeste; 40% dos atores de maior destaque são da região Sudeste. Pode-se considerar esses atores como líderes intelectuais, ativistas ou mediadores, que influenciam e fundamentam as ações na rede; 60% são do sexo masculino e 40% feminino. Por outro lado, as indicações parecem ainda sugerir a influência e/ou admiração que um membro exerce sobre o outro, seja em decorrência da relação autor/leitor na lista de discussão, pela repercussão de ações implementadas ou pela divulgação e compartilhamento de informações. Enquanto um total de oito atores foram indicados como os mais destacados na Rede, uma parte significativa dos citados recebeu apenas uma indicação como membro atuante e expressivo na área, o que parece sugerir que a RedePopSaúde se encontra em constante reconfiguração e crescimento, e novos membros se destacam com o movimento das trocas na Rede.

Entre os 10 atores mais centrais e aqueles indicados como expoentes os atores P69, P65, P52, P39, P29 e P24 comparecem e provavelmente são os

que conduzem as ações teóricas e práticas de reflexão e mobilização na RedPopSaúde ressaltando-se a forte presença de atores das regiões Nordeste e Sudeste. Estes estão vinculados a universidades, principalmente, e secundariamente a órgãos governamentais de saúde, exercendo o duplo papel de mentores intelectuais e ativistas do campo da Educação popular e saúde.

2.6.3. Capital social

As medidas de centralidade mostram que os atores acadêmicos e profissionais exercem papel de destaque no plano epistemológico da Rede, enquanto os ativistas desenvolvem atividades de mediação entre os diferentes elos, concorrendo para a fluidez e o acesso às informações. Algumas vezes os atores acadêmicos exercem os dois papéis na produção e no compartilhamento de saberes e ações.

A Rede tem forte representação e mobilização na região Nordeste do país, o que certamente está relacionado à luta histórica de organização de frentes de trabalho para atuar na assistência à população nos períodos mais críticos de seca, o que resultou na criação de programas de saúde hoje existentes em nível nacional, como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – Pac. Por essa mesma razão ali se formaram núcleos universitários de estudos em educação popular e educação popular em saúde. Na região Sudeste outros grupos de atores também obtiveram forte centralidade, sobretudo os atores acadêmicos, o que se associa à presença de instituições de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz nas frentes de pesquisa e na luta histórica pela Reforma Sanitária e pela sedimentação dos Sistema Único de Saúde – Sus.

Esses atores centrais e expoentes da RedPopSaúde acumulam capitais sociais e intelectuais que concorrem para a mobilidade e a sedimentação do núcleo político-epistemológico do coletivo. No entanto, numa análise da realidade social pelo enfoque das redes, não se deve afirmar que esses atores são mais importantes para a manutenção da rede do que os demais, uma vez que as posições dos atores são interdependentes, ou seja, para que esse coletivo tenha permanência e mobilidade, é necessária a participação de cada um dos atores no fortalecimento do capital social e seus recursos mobilizados e acessíveis, e no desdobramento e reconhecimento por outras redes e coletivos na Educação popular e no campo da saúde como um todo, além das esferas de formulação e gestão de políticas (por ex., o Ministério da Saúde), de repre-

sentação científica (por ex., a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Abrasco), dentre outras.

Cabe ressaltar que o alcance empírico dos atores foi obtido por meio da lista de discussão do *Yahoo Grupos* dos membros da RedPopSaúde, uma ferramenta de comunicação e informação em saúde com forte presença dos atores da Rede. Essa escolha metodológica se justifica pelo alcance da lista, capaz de abranger uma grande extensão representativa desse coletivo, além dos membros mais atuantes. Por outro lado, essa expansão pode ainda apontar para uma dispersão na densidade da Rede, deixando de incluir atores relevantes para o dinamismo e a manutenção dos elos.

Por fim, pontuou-se como oportuna a distinção desse coletivo – a Educação popular e saúde – por meio dos seguintes planos conceituais e metodológicos que se complementam: a) enquanto campo epistemológico e político; b) enquanto coletivo organizado e mobilizado – uma rede híbrida; c) enquanto um coletivo virtual – representatividade e expressão no meio virtual. O campo, a rede e a comunidade virtual incorporam essas diferentes vertentes, expressando-se como uma comunidade de práticas e construtores de uma nova epistemologia social.

Por outro lado percebe-se um movimento crescente de institucionalização da Rede, presente nas disputas por espaços no campo acadêmico e na construção de uma epistemologia para essa área, o que concorreria para a obtenção de ganhos de capital social no campo do poder e o afastamento relativo de suas bases junto aos movimentos sociais e comunitários, criando cisões e conflitos entre os membros da RedPopSaúde a partir de suas diferentes posições, o que poderia afetar o capital social constituído em todo o coletivo.

2.7. Conclusões

A partir das reflexões reunidas no capítulo conclui-se que os estudos de redes sociais estão a demandar ajustes nas lentes conceituais-metodológicas para perceber as novas práticas de organização em redes, em seus distintos e complementares planos: social-comunicacional, cognitivo-informacional e prático-semântico, o que requer a triangulação interdisciplinar e a operacionalização da noção de rede como um conceito transversal e de junção entre diferentes domínios epistemológicos.

No recorte do estudo apresentado procurou-se estabelecer alguns parâmetros conceituais e metodológicos para o estudo dos processos de comunicação e práticas de informação em redes no campo da saúde. Primeiro, dimensionando o pertencimento de campo dos seus atores na Saúde coletiva e na Educação popular e saúde, um recorte epistemológico, histórico, social e político específico da Saúde pública no país, no quadro dos processos de luta política e imersão social na realidade de miséria e opressão da população brasileira ao longo do tempo. É na Atenção básica à saúde, desde os anos de 1970, que veio se firmando uma aliança mais próxima entre especialistas, técnicos, gestores, lideranças e a população, sobretudo com a implantação do Programa de Saúde da Família - PSF, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, do Programa de Saúde Ambiental - PSA, entre outros. A entrada em cena de novos atores no cenário da saúde pública exige um olhar mais complexo em relação ao campo, que cada vez mais se descentraliza e se territorializa em arranjos locais nos quais os atores se organizam em esferas cívicas e democráticas. Nesse quadro torna-se necessário identificar novas práticas políticas em redes sociais de modo a valorizar, na teoria e na prática, tanto as estratégias e interesses dos agentes, quanto uma dinâmica relacional que leve à emergência de novas questões para alimentar a promoção da saúde e as políticas públicas.

Por fim, sabe-se que a informação e a comunicação constituem a energia mais importante das redes sociais, operando em dois eixos na ação social, seja como destreza técnica, cognitiva e política para a mobilização e a participação, ou como criação de identidade social de pertencimento a uma sociedade baseada no valor do conhecimento e da informação. Acredita-se que o pensamento relacional interpelaria essa nova epistemologia social propulsora de instrumentais teóricos e práticos capazes de desvelar a complexidade dos fenômenos sociais, técnicos, humanos nos seus indícios, em lugar de situá-los em tópicos classificatórios ou em puras evidências.

■ Referências bibliográficas

- Aguiar, S. (2007). Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. *Informação & Informação*, Londrina, PR, no. especial «Teoria e metodologia de redes sociais nos estudos da informação», Vol.12, n. 1, pp. 1-26.
- Barel, Y.; & Cauquelin, A. (1993). Concepts transversaux. In Sfez, Lucien. *Dictionnaire critique de la communication*. Paris: Presses Universitaires de France, Vol.1, pp. 179-290.
- Braga, I. F. (2007). A sociedade civil e as políticas de saúde no Brasil dos anos 80 à primeira década do século XXI. In: Morosini, M. V. R.; Reis, J. R. F. (Orgs.) *Sociedade, Estado e direito à saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 85-101.
- Brasil (1986). Ministério da Saúde. Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde. *Relatório final*. Brasília.
- Bourdieu, P. (2011). *Escritos de educação*. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes.
- Chauviré, C.; & Fontaine, O. (2003). *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris: Ellipses.
- Davallon, J. (2004). Objet concret, objet scientifique, objet de recherche, *Hermès, La Revue*, vol. 38, no. 1, pp. 30-37.
- Haythornthwaite, C. (2009). Social networks and information transfert. *The Encyclopedia of Library and Information Science*. (pre-print, version February 26, 2009).
- Kropf, S. P. (2004). Conhecimento médico e construção social das doenças: algumas questões conceituais. In Kreimer, P. et al. *Producción y uso social de conocimientos; estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en America Latina*. Bernal: Univ. Nac. de Quilmes, pp. 103-120.
- Lin, N. (1999). Building a network theory of social capital. *Connections*, Vol. 22, n. 1, pp. 28-51.
- Marteletto, R. M. (2007). Informação, rede redes sociais: fundamentos e transversalidades. *Informação & Informação*, Londrina, PR, no. especial «Teoria e metodologia de redes sociais nos estudos da informação», Vol.12, n. 1, pp. 46-62.
- Marteletto, R. M.; & Silva, M. V. P. (2015). Redes, campo científico e processos de informação e comunicação em saúde. In Tomael, M. I.; Marteletto, R. M. *Informação e redes sociais: interfaces de teorias, métodos e objetos*. Londrina, PR: EDUEL, pp. 137-156.
- Marteletto, R. M.; & Stotz, E. N. (2009). *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Marteletto, R. M.; Valla, V. V. (2003). Informação e educação popular: o conhecimento social no campo da saúde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, Vol. 8, n. Especial, pp. 8-21.
- Martins, P. H.; & Fontes, B. (Org.) (2004). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes.

- Mercklé, P. (2004). *La sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Deco.
- Miege, B. (2000) *Les industries du contenu face à l'ordre informationnel*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Minayo, M. C. S. (1997). Saúde e doença como expressão cultural. In Amâncio Filho A.; Moreira, M. C. G. B. *Saúde, trabalho e formação profissional*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, pp. 31-39.
- Pinheiro, R.; & Martins, P. H. (Org.) (2011). *Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS.
- Routier, C.; & D'Arripe, A. (Orgs.) (2010). *Communication & santé: enjeux contemporains*. Paris: Septentrion.
- Scherer-Warren, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? Salvador, *Caderno CRH*, Vol. 21, n. 54, pp. 505-517, set./nov.
- Sfez, L. (2007). *A comunicação*. Rio de Janeiro: Livraria Martins Fontes.
- Stotz, E. N. (2009). Redes sociais e saúde. In Marteleto, R. M.; Stotz, E. N. *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 27-43.
- Stotz, E. N.; David, H. M. S. L.; & Bronstein, V. J. (2007). Educação popular em saúde. In Martins, C. M. (Org.) *Educação e saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, pp. 35-71.
- Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Vasconcelos, E. M. (2001). Redefinindo as práticas de saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. Botucatu, SP, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Vol.5, n.8, pp. 121-126, fev.